

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Políticas**

**Especialização em Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento
Eleitoral**

ÉBINA REIS SILVA

A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

**BELO HORIZONTE
2017**

ÉBINA REIS SILVA

A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Monografia apresentada ao curso de Pós-graduação em Especialização em Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Opinião Pública, Marketing Eleitoral e Comportamento Eleitoral.

BELO HORIZONTE

2017



**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Políticas**

**Especialização em Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento
Eleitoral.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Marketing Político, intitulado **A Sub-Representação Feminina na Política Brasileira**, de autoria da acadêmica Ébina Reis Silva, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a Regina Helena Alves da Silva

Prof^o Joscimar Silva

Prof^o Paulo Victor Melo

Dedico este trabalho de Conclusão de Curso primeiramente a Deus, a Nossa Senhora da Alegria e aos meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o carinho dos meus familiares e amigos, às participantes da pesquisa pela contribuição, aos amigos Gorete, Adriano e Will pela colaboração, à orientadora Regina Helena pelo conhecimento construído.

RESUMO

Este estudo realizou uma análise acerca da Sub-representação feminina na política brasileira. O estudo em questão, teve como cenário de pesquisa o município de Nova Serrana, Minas Gerais. Verificou-se que, embora mais de 50% do eleitorado do país seja do sexo feminino, a média de representação feminina na política é de 14%, índice que indica uma desproporcionalidade na representação política no que se refere aos sexos. Considera-se a existência de causas para essas diferenças, sobretudo culturais, como o machismo, preconceito, problemas no sistema e na legislação eleitoral, no financiamento de campanha, dentre outros que prejudicam os direitos sociais da mulher. Acredita-se que, ações como a luta pela aprovação de cadeiras nos parlamentos, o trabalho para conhecimento sobre política, promoção da igualdade de gênero, políticas públicas com o enfoque na educação como forma de empoderamento feminino, são iniciativas capazes de promover maior igualdade em relação a participação política de homens e mulheres no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres; sub-representação; Política.

ABSTRACT

This study realized an analysis about the female sub-representation in the Brazilian politics. The study in question, had as scenario to research the city of Nova Serrana, Minas Gerais. It was verified that, even more than 50% of electorate of the country is womankind, the middle of female representation in the politics is 14%, number that indicate an disproportionality in the political representation about the gender. It considers there are causes for the differences, especially cultural, like the chauvinism, prejudice, problems in the laws, campaign financing and others that prejudice the women's social rights. It believes that actions, as the work for the approval of positions in parliament, the work for the knowledge in politics, promotion for the gender equality, public politics in the education as female empowerment are ways for to promote more equality about the political participation of men and women in the Brazil.

Keywords: Women; sub-representation; Politics.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:Gráfico da Participação e Desempenho das Mulheres nas Eleições para as Câmaras Municipais no Brasil (2004/2016)..... 17
- Figura 2:Gráfico da Distribuição de Financiamento Partidário para as campanhas Municipais em 2016. 18
- Figura 3:Mapa da Localização da cidade de Nova Serrana.....21

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa Etária.....	23
Gráfico 2: Escolaridade	24
Gráfico 3: Renda	24
Gráfico 4: Interesse por Política	25
Gráfico 5:Filiação Partidária	26
Gráfico 6:Candidatura a Cargo Político.....	26
Gráfico 7: Costume de Votar em Candidatas Mulheres	27
Gráfico 8: Partidos Pelos Quais Concorreram na Eleição.....	29
Gráfico 9: Encontro de Dificuldades Pelo Fato de Ser Mulher	30
Gráfico 10:Transparência do Financiamento de Campanha feito pelos Partidos	31

LISTA DE SIGLAS

AM- Amazonas

FGV- Fundação Getúlio Vargas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU- Organização das Nações Unidas

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

RN- Rio Grande do Norte

USP- Universidade do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A MULHER NA SOCIEDADE	12
3 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA	15
4 CENÁRIO – NOVA SERRANA/MG	20
5 METODOLOGIA.....	22
6 ANÁLISE DE DADOS.....	23
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
9 APÊNDICE A:.....	34

1 INTRODUÇÃO

A superação da sub-representação feminina na política brasileira é uma questão que leva ao questionamento acerca de quais os fatores responsáveis por este fato preocupante num país em que as mulheres ocupam várias posições na sociedade, destacando-se cada vez mais no mercado de trabalho, muitas atuando como chefes de família e uma grande parcela cursando universidades. No entanto, em relação a participação política como representantes do povo não há um considerável envolvimento feminino, se comparado com a realidade da participação política feminina, o que torna a realidade um retrato com poucos avanços na área da efetiva participação da mulher no campo da política.

Diante de tal cenário, são feitas suposições, tais como: existe a possibilidade de que a criação das crianças brasileiras esteja influenciando as mulheres adultas neste posicionamento? As mulheres se sentem bem representadas pelos homens políticos? As circunstâncias impostas às que se aventuram nas disputas eleitorais são favoráveis a se elegerem ou será que são melhores para os homens?

Para encontrar respostas a estes questionamentos foi realizada uma pesquisa com mulheres de faixas etárias e escolaridades variadas em pontos de fluxos de um município de médio porte. Desvendar fatores que possam estar colaborando para a baixa participação da mulher na política poderá indicar possibilidades de rompimento com esta realidade.

2 A MULHER NA SOCIEDADE

Dos tempos do Brasil Colônia aos atuais, sucessivas transformações se sucederam nas vivências em sociedade de brasileiras e brasileiros, chegando as mulheres ao comando de cerca de 40% dos lares brasileiros, conforme os dados apresentados pelo Censo de 2010 do IBGE. Para entender a questão dos papéis desempenhados pela mulher em diferentes períodos da história, cabe salientar que

Mulheres e homens ao longo de boa parte da história da humanidade desempenhavam papéis sociais muito diferentes. Mas do que se trata o

papel social? Segundo a Sociologia, trata-se das funções e atividades exercidas pelo indivíduo em sociedade, principalmente ao desempenhar suas relações sociais ao viver em grupo. A vida social pressupõe expectativas de comportamentos entre os indivíduos, e dos indivíduos consigo mesmos. Essas funções e esses padrões comportamentais variam conforme diversos fatores, como classe social, posição na divisão social do trabalho, grau de instrução, credo religioso e, principalmente, segundo o sexo. Dessa forma, as questões de gênero dizem respeito às relações sociais e aos papéis sociais desempenhados conforme o sexo do indivíduo, sendo o papel da mulher o mais estudado e discutido dentro dessa temática, haja vista a desigualdade sexual existente com prejuízo para a figura feminina. Assim, enquanto o sexo da pessoa está ligado ao aspecto biológico, o gênero (ou seja, a feminilidade ou masculinidade enquanto comportamentos e identidade) trata-se de uma construção cultural, fruto da vida em sociedade. Em outras palavras, as coisas de menino e de menina, de homem e de mulher, podem variar temporal e historicamente, de cultura em cultura, conforme convenções elaboradas socialmente (Ribeiro, s.d.).

Segundo Ribeiro (s.d) a mulher na cultura ocidental é vista como frágil dependente dos homens da família, como os pais ou irmãos, sendo esta situação retratada durante a cerimônia dos casamentos, quando normalmente o pai entrega a noiva para o noivo. Embora as mulheres estejam conquistando cada vez mais espaço na sociedade, no mundo do trabalho, ocupando espaços, que com a modernização dos processos de trabalho se industrializaram, e aumentando seus rendimentos, ainda há muito o que se percorrer na promoção da igualdade social entre homens e mulheres.

De acordo com Del Priore (1997), já no Brasil Colônia, contrastando com as narrações que retratam as mulheres da época como submissas e dependentes dos maridos, as mulheres desempenhavam várias atividades, como por exemplo, comerciantes de secos e molhados, vendedoras, fabricantes de doces, fazendeiras, escravas, costureiras, parteiras, lavadeiras etc. Conforme o mesmo autor, censos da época revelam que muitas mulheres eram chefes de famílias. Devido ao fato da migração de brasileiros do sexo masculino na busca por ouro ou guerra, muitos homens permaneciam longe das famílias por longos períodos, ficando as mulheres responsáveis pela família e pela sobrevivência de seus membros, numa época em que os filhos eram numerosos.

Segundo Rodrigues e Costa (s.d), filósofos como Rousseau, Kant e Nietzsche consideravam as mulheres inferiores aos homens. Sendo assim, para esses estudiosos, a educação feminina deveria ser diferenciada, relativa aos trabalhos domésticos e a mulher deveria viver para servir ao homem.

De acordo com Farhs (2016), no Brasil, somente durante o período do império (1822-1889) as mulheres tiveram reconhecido seu direito à educação, sendo fundada por Dionísia Gonçalves (Nísia Floresta) a primeira escola para meninas.

Simone de Beauvoir, filósofa francesa apresenta ideias diferentes a respeito do ser mulher. Para esta autora, a mulher alcançaria a plenitude humana ao realizar atividades públicas

Para Beauvoir (1980), uma mulher torna-se plenamente humana quando tem oportunidade de se dedicar ao exercício de atividades públicas e quando pode ser útil à sociedade: “[...]. É um paradoxo criminoso recusar à mulher toda a atividade pública, vedar-lhe as carreiras masculinas, proclamar sua incapacidade em todos os terrenos e confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano. Para a filósofa, não se nasce mulher, torna-se mulher. A partir de tal posição, suas seguidoras, militantes feministas, nos anos sessenta irão fortalecer-se na sociedade” (Beauvoir 1980, p.291 apud Rodrigues e Costa, s.d. p.6).

Ao longo dos séculos, as concepções foram se alterando, modificando a história, espaços foram e continuam sendo conquistados para além do doméstico. O século XX foi efervescente de manifestações feministas pelo mundo afora.

No Brasil, em 1972 surgiu na cidade de São Paulo um grupo organizado de feministas. Pouco a pouco temas do feminino e do feminismo ocuparam fóruns nacionais de debate, como por exemplo, o realizado em Belo Horizonte em 1975. No mesmo ano, surgiu no Rio de Janeiro o Centro da Mulher Brasileira, e em São Paulo, realizou-se o encontro para Diagnostico da Mulher Paulista; surgiu o Movimento Feminino pela Anistia e foi lançado o Jornal Brasil Mulher, que circulou de 1975 a março de 1980. Entre 1976 e 1978, circulou o Nós Mulheres, e em março de 1981 é lançado o Mulherio, que foi leitura obrigatória das feministas, por mais de cinco anos (Rodrigues e Costa, s.d p.7).

Dentre os espaços conquistados está o mercado de trabalho, que vem sendo preenchido pela presença feminina, o que contribui com os rendimentos familiares, colabora com a diminuição da pobreza e favorece uma melhor qualidade de vida dos membros da família. De acordo com os dados do Censo 2010 do IBGE, as contribuições da renda feminina na renda familiar chegam em regiões como a área rural do nordeste brasileiro a 51% da renda total e no Brasil atinge 40,9%.

Os esforços do governo brasileiro para reduzir as desigualdades de gênero no Brasil obtiveram reconhecimento internacional. Um relatório das Nações Unidas, divulgado recentemente pela agência ONU Mulheres, aponta as múltiplas ações do governo brasileiro na última década, entre elas a valorização do salário mínimo, como essenciais para reduzir a pobreza e, conseqüentemente, aumentar a presença da mulher no mercado de trabalho (Brasil, 2015).

A participação em larga escala das mulheres no mercado de trabalho, o fato de poder ter menos filhos através do planejamento familiar favorecido pelo uso da pílula anticoncepcional e os movimentos feministas que lutam para conquistar direitos e visibilidade transformaram os papéis das mulheres na atualidade (Costa e Androsio, s.d).

Ainda conforme a análise de Costa e Androsio (s.d.), as mulheres recebem cerca de 75% dos rendimentos quando comparadas aos homens, demonstrando a existência ainda resquícios de preconceito. Esses dados indicam que, apesar do aumento da escolaridade feminina e das muitas conquistas atingidas na vida moderna, muito há que se modificar na vivência das mulheres brasileiras, tanto no âmbito privado quanto público, através de políticas públicas de incentivo à valorização do papel da mulher como participante ativa no desenvolvimento do país.

3 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

Existem dados de que os esforços femininos para a participação na política brasileira iniciaram-se no período do império (1880), quando a dentista Isabel de Mattos Dillon entrou na justiça requerendo o direito ao voto.

Segundo Fars (2015), no Brasil, somente em 1928 ocorreu o primeiro voto feminino, em Mossoró, RN, realizado por Celina Guimarães Viana. Foi também eleita a primeira mulher na política, sendo a pioneira Alzira Soriano de Souza consagrada a prefeita de Lajes, também no Rio Grande do Norte. Embora ambas as conquistas tenham sido anuladas, garantiram espaço para a causa e combustível para a luta por direitos políticos das mulheres brasileiras.

Em 1933, foi eleita a primeira deputada federal do Brasil, a paulista Carlota de Queirós; para o Senado somente em 1990 foram eleitas as primeiras mulheres, Júnia Marise(Minas Gerais) e Marluce Pinto(Roraima); para primeira governadora foi eleita em 1994 Roseana Sarney, no Maranhão e enfim a primeira mulher chegou a presidência da república brasileira em 2011, Dilma Rousseff.

Atualmente as brasileiras representam cerca de 50% da população, se apropriaram de espaços na sociedade, no mercado de trabalho, cursam ensino superior, mas não conseguiram atingir uma representação política condizente com a parcela que representam, estando assim sub-representadas, sendo em média 14% dos cargos eletivos do país.

Segundo Bueno (2017), se o ritmo prosseguir como está, somente em 2160 as mulheres conseguirão igualdade de representação na Câmara Federal, o que no Senado ocorrerá em 2096.

Para o professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, José Eustáquio Diniz Alves, o fenômeno não decorre da carência de mulheres aptas a concorrer, mas antes do modo como os partidos são organizados: “Eles são controlados por homens, que dão pouco espaço para as mulheres estruturarem suas campanhas”, diz. A composição partidária brasileira reflete o patriarcalismo da sociedade, na opinião de Marlise Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). “Todo o processo político acaba sendo muito desestimulante para a mulher”, avalia Marlise. (Brasil, 2015).

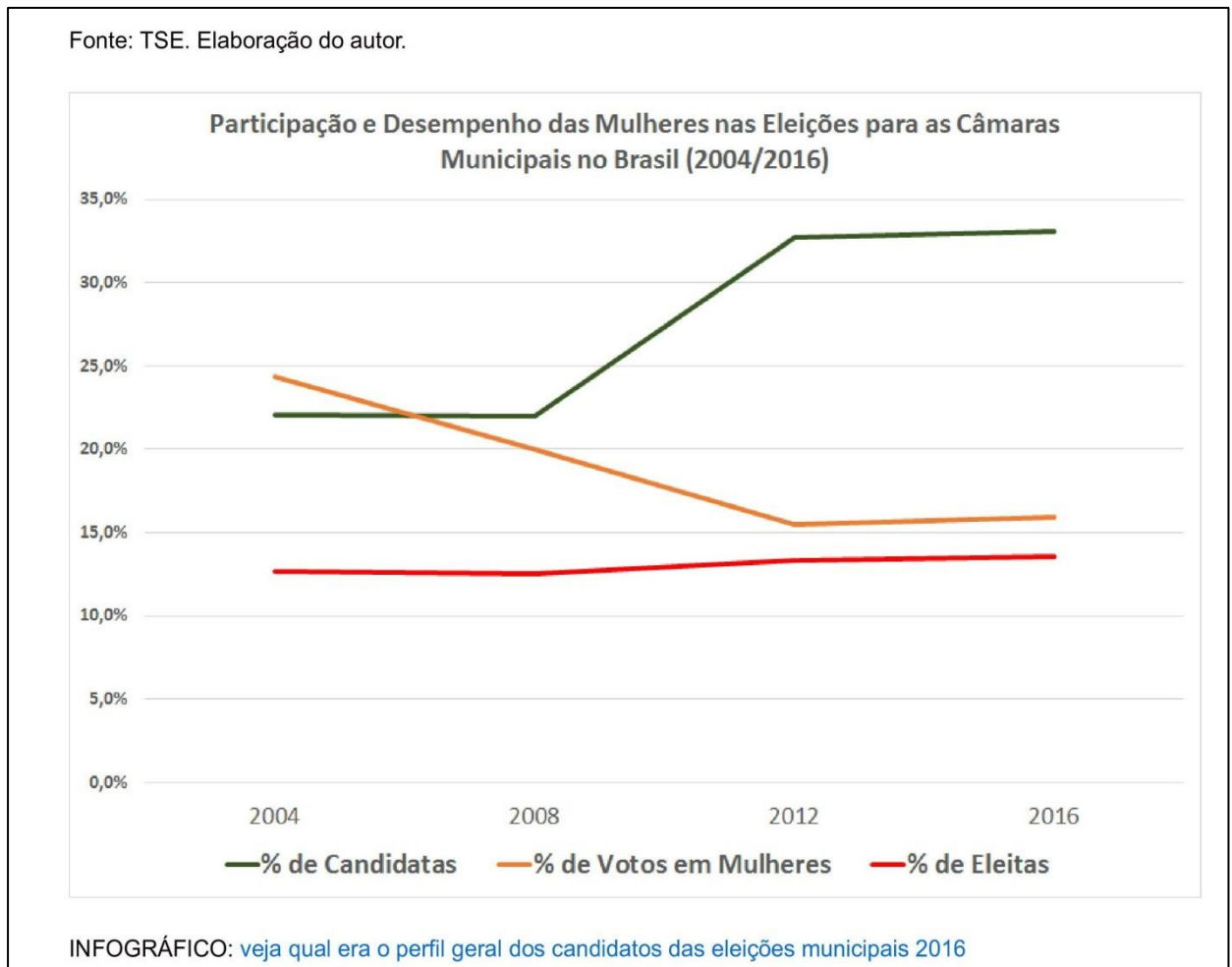
Segundo Santos (2017) em 1997, foi aprovada a lei 9.504, que trazia em seu texto uma tentativa de melhorar a representatividade política das mulheres, salientando que os partidos políticos deveriam reservar 30% das vagas para candidaturas femininas. No entanto, o texto não garantia de fato o preenchimento das vagas partidárias pelas mulheres, sendo necessária em 2009, a criação da lei 12.034, que trouxe em seu artigo terceiro: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30%(trinta por cento) e o máximo de 70%(setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Mesmo com os avanços, segundo os resultados das últimas eleições, a criação das cotas no Brasil para as mulheres não foi capaz de promover um

aumento no número de eleitas. Ocorreu um aumento no número de candidatas, mas houve uma diminuição na quantidade de votos nas candidaturas femininas.

De acordo com Santos (2017), independentemente de ser homem ou mulher, rico ou pobre, escolarizado ou não, os eleitores brasileiros, no geral, não estão muito interessados nas candidaturas femininas. Ocupamos o 154º lugar no ranking com um total de 193 países, divulgado pela Inter-Parliamentary Union sobre a participação feminina nos parlamentos. O gráfico abaixo mostra o índice de participação feminina em eleições entre os anos de 2004 a 2016.

Figura 1: Gráfico da Participação e Desempenho das Mulheres nas Eleições para as Câmaras Municipais no Brasil (2004/2016)



Fonte: TSE. Elaborado pela autora

De acordo com Santos, (2017) existe a possibilidade de que este comportamento dos eleitores tenha relações com preconceito e discriminação.

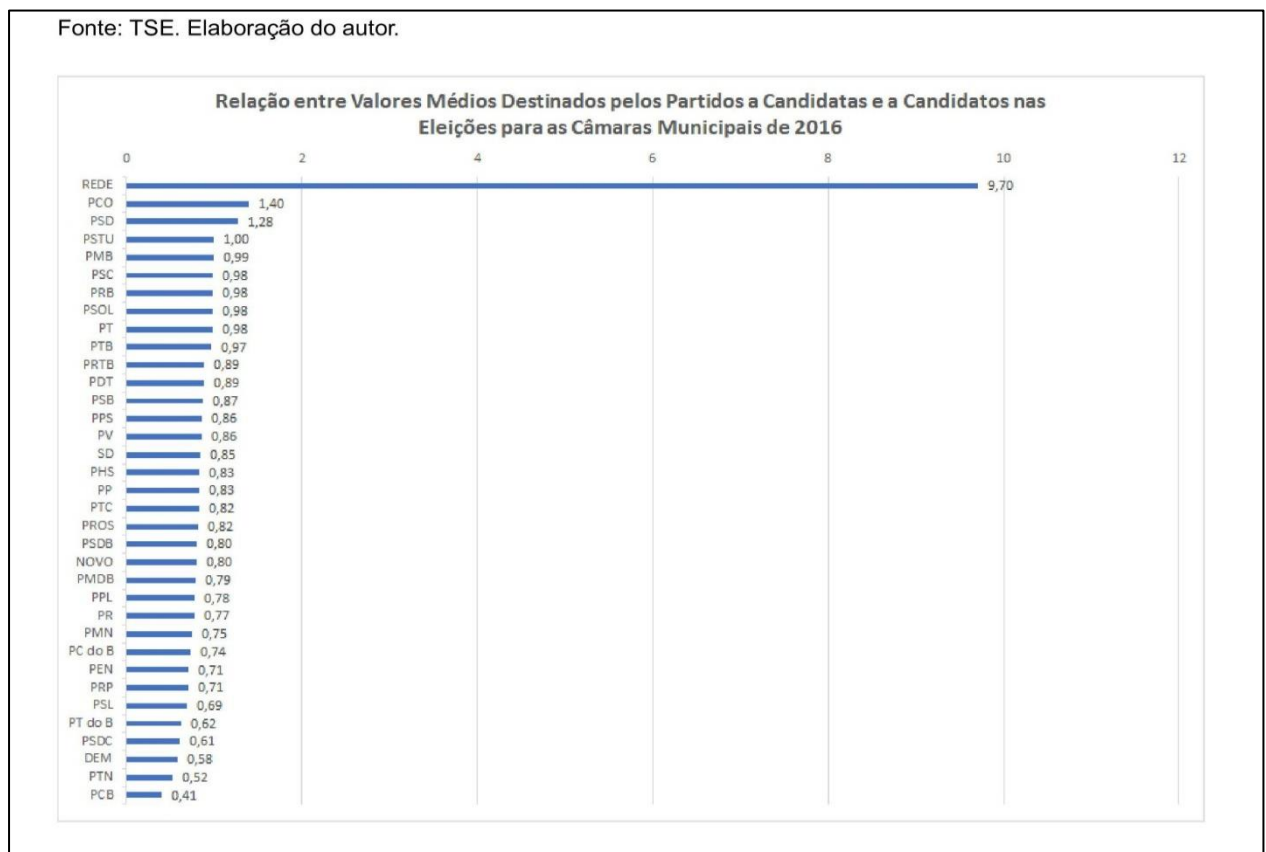
Na sociedade brasileira, as mulheres, além de desempenharem atividades no mercado de trabalho, têm suas tarefas domésticas, os cuidados na criação dos

filhos, dentre outras inúmeras atribuições. De acordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho), as brasileiras trabalham cinco horas a mais por semana que os homens, esta jornada estendida sobrecarrega as mulheres, dificultando a sua dedicação à política.

A legislação eleitoral e as relações de poder dentro dos partidos políticos são outros entraves a uma efetiva participação feminina nos pleitos eleitorais, visto que, na maioria dos partidos políticos, a predominância de representantes é masculina. Assim, as mulheres ficam prejudicadas nos financiamentos de campanha e, com menos dinheiro, a disputa fica desigual.

No gráfico abaixo estão relacionados a distribuição de financiamento para as campanhas municipais de 2016.

Figura 2: Gráfico da Distribuição de Financiamento Partidário para as campanhas Municipais em 2016.



Fonte: TSE. Elaborado pela autora

Conforme o gráfico, na direção mais próxima de um o partido destinou a verba independente do sexo do candidato e, acima de um, o partido destinou mais verba para campanhas femininas.

Para cumprir a obrigatoriedade de preencher com no mínimo 30% as vagas com as representantes do sexo feminino, os partidos estão lançando candidatas que muitas das vezes não recebem um voto sequer. Na eleição de 2016, 18.244 (12,5%) das candidatas tiveram votação zero, levantando suspeitas sobre em que condições ocorreram estas candidaturas.

Para Ramos(2015) pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em entrevista a Marcelo Pellegrini a sub-representação feminina na política impacta na conquista dos direitos sociais das mulheres, visto que as políticas públicas são elaboradas sob a ótica masculina. A autora elenca algumas das possíveis razões para a sub-representação feminina na política brasileira. Em primeiro lugar, a Legislação Eleitoral, que não estabelece punição para os partidos em caso de descumprimento no preenchimento das cotas; em segundo lugar está o Sistema Eleitoral Brasileiro, com a lista aberta, que dificulta para as candidatas. Para autora, se ocorresse a lista fechada, haveria a garantia de uma alternância, a cada três candidatos seria obrigatório ter um outro de outro sexo. Em terceiro lugar, está o financiamento de campanha, que, para as candidaturas femininas, vem do fundo partidário e das pessoas físicas. Por fim, em quarto lugar encontra-se o maior dos problemas para as candidatas, que consiste no recrutamento dentro dos partidos.

Ainda segundo Ramos(2015) quanto à organização para que as mulheres elejam umas as outras, falta uma bandeira do movimento feminino. Além disso, existe o conservadorismo arraigado na cultura brasileira.

De acordo com Westrup, (2016) uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Data Senado junto com a Procuradoria Especial da Mulher no Senado, em 2014, demonstrou as causas do reduzido número de mulheres na política brasileira, elencando como a principal, a falta de apoio dos partidos políticos às candidaturas femininas. Os partidos políticos têm nos seus quadros decisórios uma hegemonia masculina, o que demonstra uma predileção em apoiar seus iguais de gênero. Esses, quando eleitos, defendem interesses alinhados a ótica masculina. Além das causas citadas, o possível o desinteresse das mulheres pela política relaciona-se a delegação a elas sobre o desempenho das atividades domésticas, sendo muitas vezes a principal responsável por elas. O fator traz uma sobrecarga de trabalho à mulher, que muitas das vezes também trabalha fora. Existe ainda a dificuldade em

concorrer com os homens nas eleições, sendo que as condições financeiras e culturais apresentam-se favoráveis a eles.

Sacchet, (2009), considera que as mulheres e os homens possuem capital social diferenciado. É comum que as mulheres se envolvam em associações ligadas às questões familiares e da comunidade, ou seja, voltadas ao social, que geram capital social do tipo privado. Já os homens tendem a pertencer às associações que lhes fornecem o capital social do tipo público, àquelas relativas à política, trabalho e lazer, as quais lhes possibilitam um maior potencial político. O capital social (CS) é definido por Putnam como “as conexões existentes entre os indivíduos de uma comunidade: suas redes e as normas de reciprocidade e confiança, que derivam delas” (SACCHET, 2009, p.309).

Segundo Monteiro (2016), a bancada feminina do congresso e do senado lutam pela criação e aprovação de legislações para que mais mulheres sejam eleitas. Vanessa Grazziotin(PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher do Senado disse:”- O mundo em que a gente vive penaliza a mulher por ela desenvolver a função que eu considero a mais nobre da humanidade: a maternidade”. A bancada feminina defende a criação de cotas de cadeiras nos parlamentos e lutam para que o empoderamento das mulheres de fato ocorra.

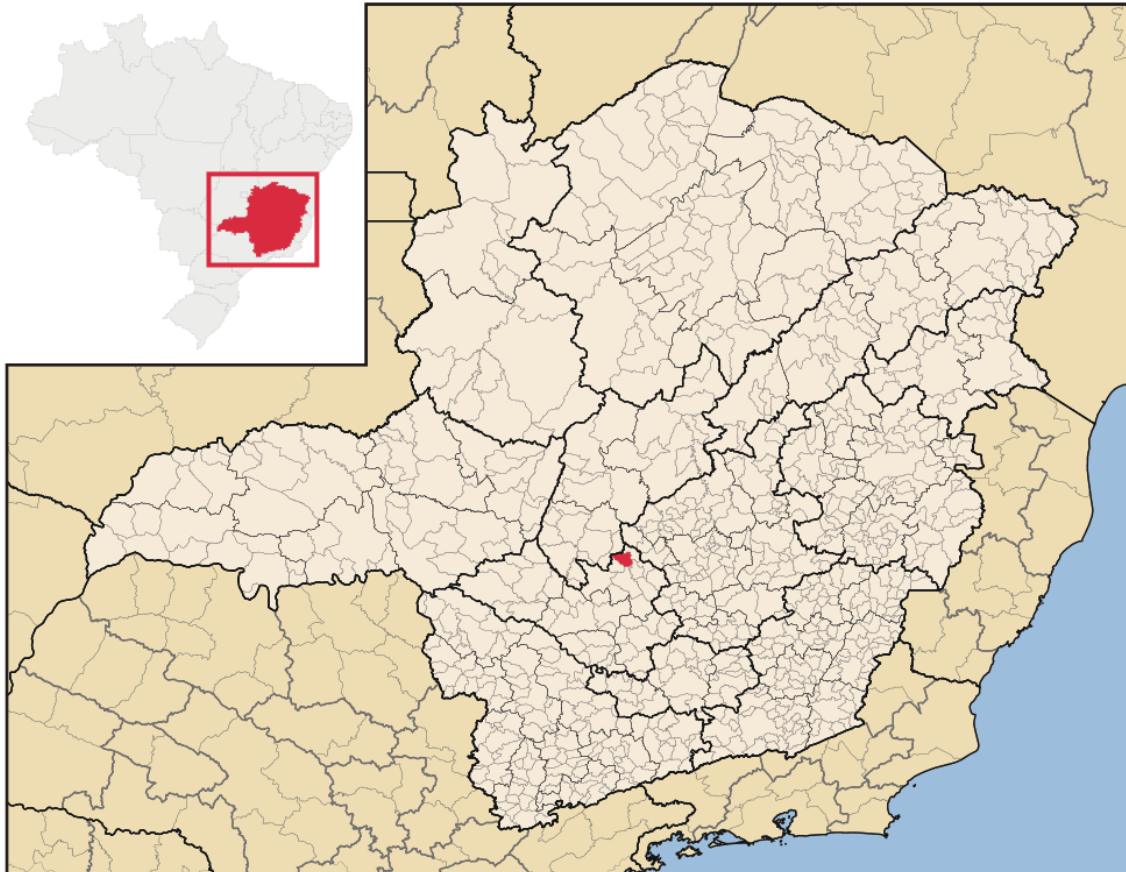
4 CENÁRIO - NOVA SERRANA/MG

Nova Serrana originou-se com as movimentações dos bandeirantes que partiam de São Paulo para as regiões do centro de Minas Gerais em busca de ouro se utilizando de uma estrada secreta com um ponto de pousada. No pequeno arraial denominado de Cercado, inicialmente a economia desenvolvia-se com a cultura do algodão, mandioca para produzirem polvilho e farinha, depois começaram a fabricar botas de couro, iniciando-se assim a produção calçadista; sendo favorecida pela localização às margens da rodovia Federal BR-262, que propicia a chegada de matéria prima para a confecção dos calçados, bem como o escoamento da produção, atualmente a cidade é considerada a “CAPITAL NACIONAL DOS CALÇADOS ESPORTIVOS”.

Cercado foi elevado a Distrito de Pitangui em 05 de Novembro de 1869, o seu crescimento se manteve modesto até 1953. Ano este, que o Distrito fora elevado a categoria de cidade pela Lei nº 1039. A data de sua instalação e o nome de “Nova Serrana” deu – se em 01 de janeiro de 1954, orquestrado pelo vereador José Batista de Freitas, junto à Câmara Municipal de Pitangui. O nome Nova Serrana fora uma homenagem a Pitangui, conhecimento também por “Velho Serrana”. (FREITAS e FONSECA, 2002, P.216-217).

Nova Serrana situa-se na região do Alto São Francisco, no Centro Oeste de Minas Gerais, no Sudeste brasileiro. Possui uma área de 283 quilômetros quadrados, está a cerca de uns 115 quilômetros da capital mineira Belo Horizonte.

Figura 3 – Mapa da Localização da cidade de Nova Serrana



Fonte: <http://pt.wikipedia.org>.

A população de Nova Serrana no Censo de 2010 era de 73.699, composta por 35.632 mulheres e 38.067 de homens e a população estimada para o município para 2017 era de 94.681 pessoas.

De acordo com as informações do Tribunal Superior Eleitoral o eleitorado de Nova Serrana, em 2016 era formado por 26.075 mulheres, sendo 50,99% e 25.043 homens, sendo 49,98%.

Para a eleição de 2016 se registraram no TSE 256 candidatos ao cargo de vereadores, destes 82 eram constituídos de mulheres, atingindo o percentual de 32% dos candidatos a pleitearem compor a câmara municipal de Nova Serrana, que é composta por 13 vereadores. Uma das candidatas conseguiu se reeleger como vereadora, a senhora Terezinha do Salão das Noivas, pertencente ao PTB.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica em textos como artigos e entrevistas, tais como: O Papel da Mulher na Sociedade; Mulher, Mulheres, Ontem e Hoje; Estatísticas de Gênero; Uma análise do Censo Demográfico 2010; Mulheres na Política; 5 Dados sobre a Participação das Mulheres na Política Brasileira; Capital Social; Gênero e Representação Política no Brasil; dentre outros. Foram feitas buscas em sites na internet, para que através da revisão bibliográfica pudesse se compreender a representação feminina na política brasileira.

O desenvolvimento do trabalho consta de dois capítulos, sendo a vida da mulher na sociedade brasileira tratada no primeiro e a participação feminina na política brasileira compõe o segundo capítulo. A partir da revisão bibliográfica, foram elaboradas perguntas estruturadas para aplicação em entrevistas com as mulheres. Os critérios utilizados para a análise das entrevistas são de natureza quantitativa e qualitativa na perspectiva de analisarem-se as condições de participação feminina na política, seja como eleitora ou como candidatas, contextualizando esta realidade.

A pesquisa realizou-se no município de Nova Serrana, Minas Gerais, onde vivem mulheres, em grande parte migrantes. Foram feitas entrevistas em pontos de fluxo com mulheres de diversas faixas etárias e também com as candidatas na eleição municipal de 2016, sendo para estas aplicado um questionário estendido, visando conhecer as condições vivenciadas por elas no processo eleitoral. Sendo assim, a fase de coleta de dados consistiu em uma pesquisa de campo. “A pesquisa de campo assim é denominada porque a coleta de dados é efetuada em campo não se referem ao tipo ou às características da pesquisa, mas ao ambiente em elas são

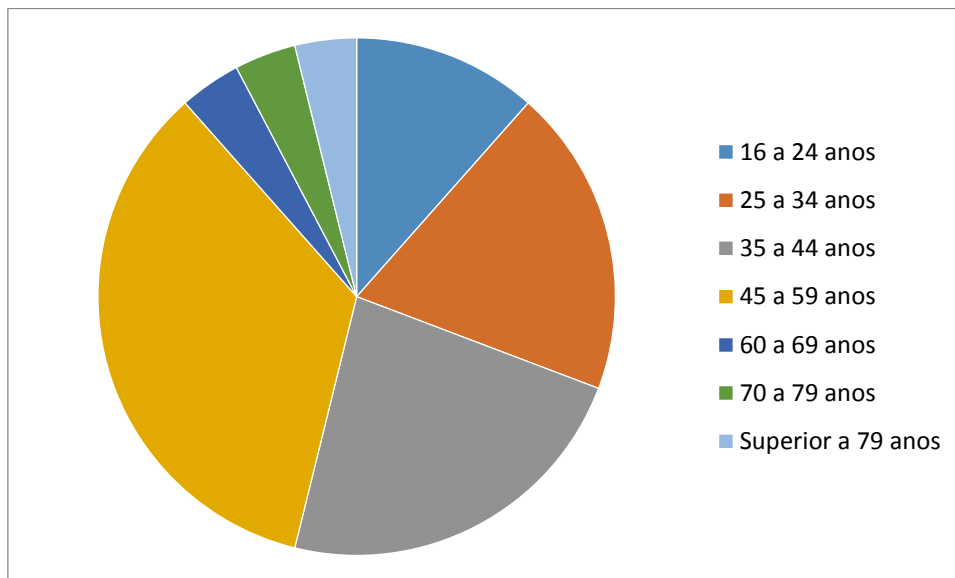
realizadas.” (ANDRADE, 2010, p.115). Para o mesmo autor, em relação a conceituação de entrevistas, estas podem ser realizadas de diferentes formas.

Entrevista padronizada ou estruturada: consiste em fazer uma série de perguntas a um informante, segundo um roteiro preestabelecido. Esse roteiro pode ser um formulário que será aplicado da mesma forma a todos os informantes, para que se obtenham respostas às mesmas perguntas. O teor e a ordem das perguntas não devem ser alterados, a fim de que se possam comparar as diferenças entre as respostas dos vários informantes, o que não seria possível se as perguntas fossem modificadas ou sua ordem alterada.”(ANDRADE, 2010, p.132).

A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto na busca do conhecimento geral dos acontecimentos. às mulheres participantes foram feitas perguntas elaboradas num formulário, no intuito de atingir o objetivo do estudo.

6 ANÁLISE DE DADOS

Gráfico 1: Faixa Etária

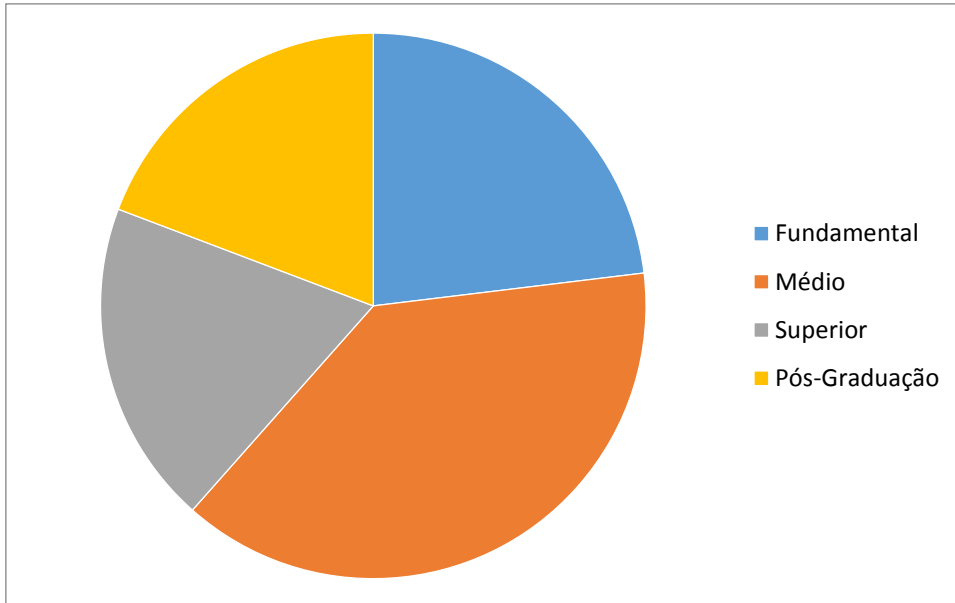


Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 1 fornece informações sobre a idade das entrevistadas. Ressalta-se que o eleitorado feminino de Nova Serrana é composto em sua maioria pela faixa etária entre os 25 e 59 anos, o que corresponde a 70% das eleitoras.

Sobre as entrevistadas que são ex-candidatas 5 entre 7 estão na faixa etária de 45 a 59 anos.

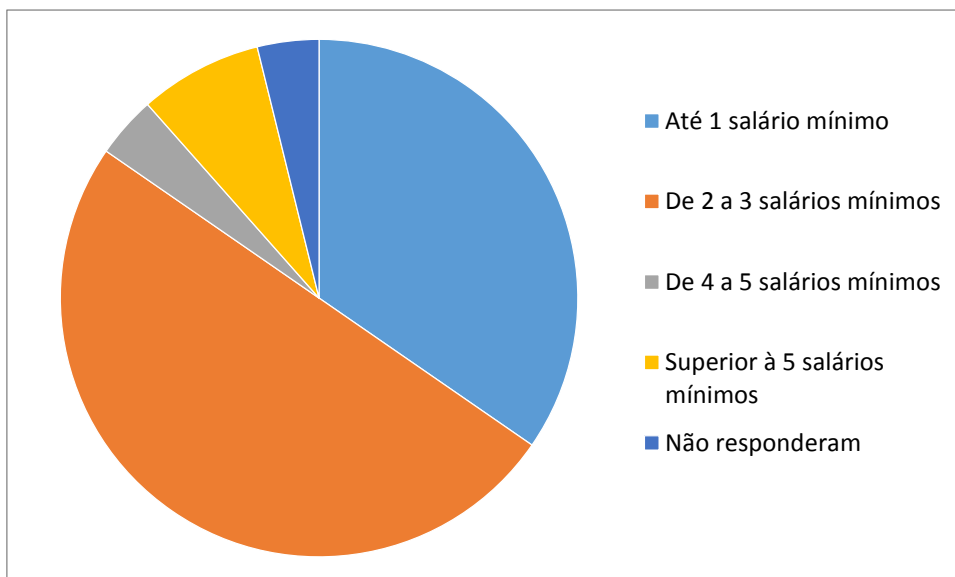
Gráfico 2: Escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 2 retrata o nível de escolaridade das entrevistadas, demonstrando que a disposição para falar do assunto política independe da escolarização, bem como as candidaturas, sendo 02 entrevistadas com nível fundamental, 1 médio, 2 com superior e 2 com pós-graduação.

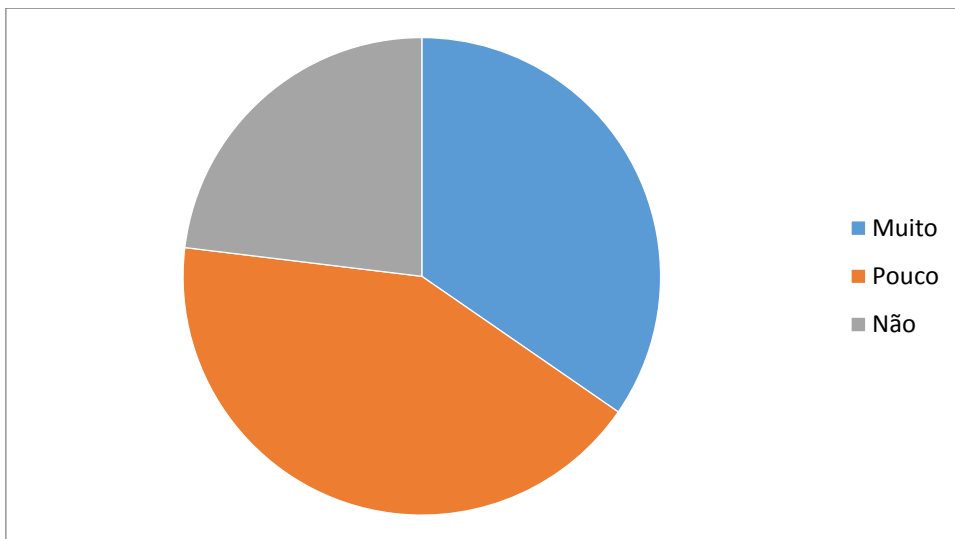
Gráfico 3: Renda



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação ao gráfico 3, pode-se observar a concentração de 50% das entrevistadas na faixa de renda compreendida entre 2 a 3 salários-mínimos. Somando-se o total de até 1 salário-mínimo que é de 34,61%, temos 84,61% com renda de até 3 salários-mínimos, 3,84% recebe de 4 a 5 salários-mínimos e 7,69% recebe mais de 5 salários-mínimos. Das entrevistadas 3,84% não quis declarar a renda.

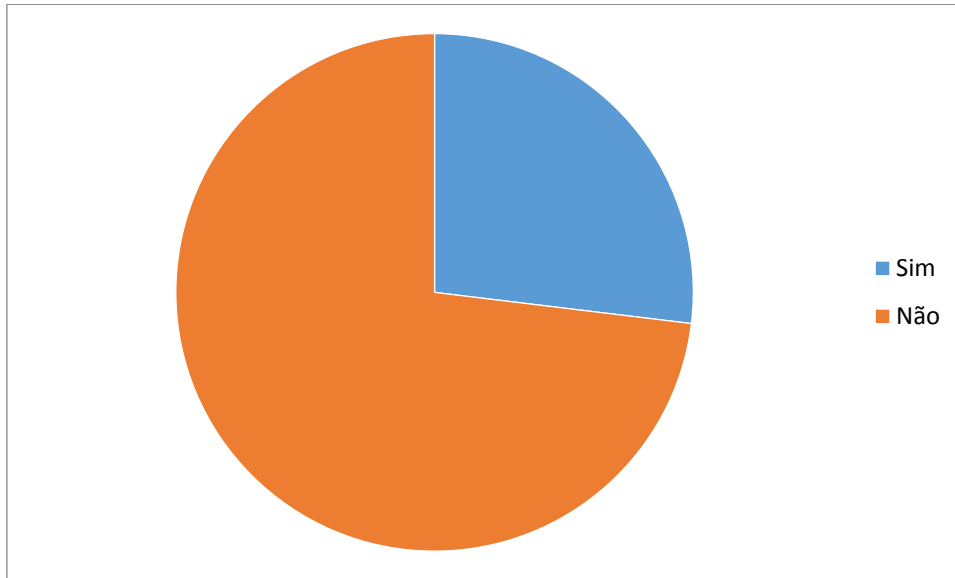
Gráfico 4: Interesse por Política



Fonte: Elaborado pela autora

No gráfico 4, é possível perceber o quanto as mulheres quase não se interessam pelo assunto política, sendo que uma maioria de 65,38% declarou pouco interesse ou não gostarem do tema política.

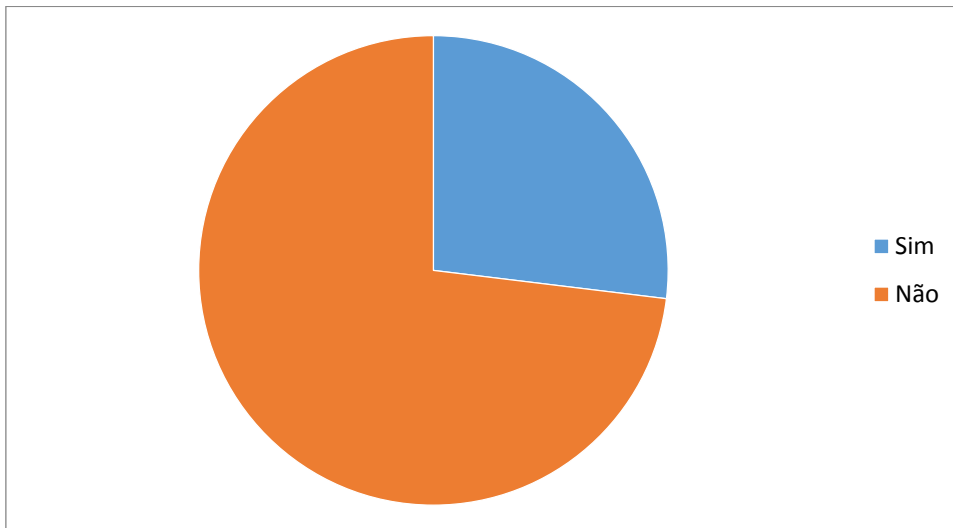
Gráfico 5:Filiação Partidária



Fonte: Elaborado pela autora

Pelo gráfico 5, pode-se avaliar o pouco engajamento feminino com as questões políticas, sendo que somente as ex-candidatas entrevistadas, 26,92% do total possuem filiação partidária, sendo uma em cada um destes partidos políticos: PMDB, PSDB, PDT, PTB, PV, PR E PP.

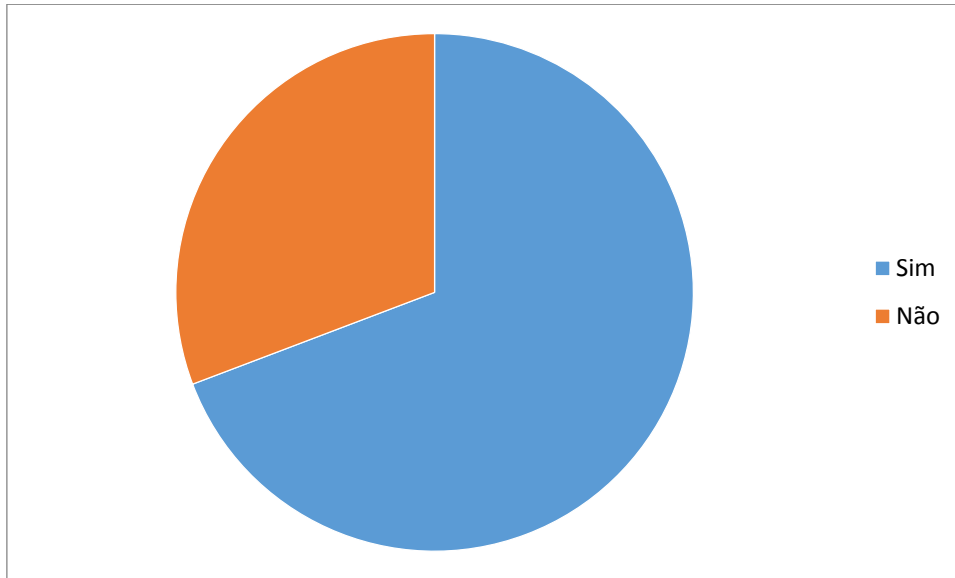
Gráfico 6:Candidatura a Cargo Político



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 6 demonstra que uma maioria das entrevistadas, 73,07% participam da política como eleitoras, sendo que somente 26,92% já se candidataram a um cargo político, sendo todas ex-candidatas a vereadora.

Gráfico 7: Costume de Votar em Candidatas Mulheres



Fonte: Elaborado pela autora

No gráfico 7, as entrevistadas, em sua maioria de 69,23% declararam que costumam votar em mulheres para aumentar a representatividade, para cooperar, pelos projetos, porque querem mudança, porque elas têm planos benéficos, porque têm mais sabedoria honestidade e competência sendo mais confiáveis e com atuação em decisões importantes, sendo que lutarão pelo espaço feminino na sociedade.

As que declararam que não costumam votar em mulheres, 30,76%, os motivos apresentados foram: faltou oportunidade, nenhum trabalho despertou-lhes a atenção, anulação sempre dos votos, voto em propostas e pessoas ligadas ao sindicato, que votou somente para presidente ou que se falava pouco em mulher na política.

A análise dos dados coletados nas entrevistas permitiu tecer algumas considerações que serão explicitadas abaixo.

1- Visão da Figura da Mulher na Política

As participantes da pesquisa consideram a mulher na política como peça fundamental e de suma importância para aumentar a representatividade feminina, com mais visibilidade e valorização. Muitas consideraram que a mulher é inteligente, guerreira e se preocupa mais com saúde e educação, no bem da sociedade transformando o Brasil num país melhor, uma imagem de crença na política, embora outras participantes vejam como sem noção, acanhadas e poucas. Foi praticamente

unânime a opinião de que ainda falta muito para que a sociedade compreenda a luta das mulheres pelos seus objetivos.

2- Visão da Figura da Mulher Candidata

As entrevistadas consideram que a inserção da mulher na política possa ser vista como um avanço contra a discriminação feminina, sendo uma forma de inclusão, pois são defensoras da justiça social e de uma política mais humanitária, preocupando-se com o bem comum. São pessoas fortes, pois além de serem o esteio das famílias se engajam em questões políticas. Para muitas entrevistadas, as candidatas demonstram vontade de mudança, prometem menos, têm mais abertura. Reconheceu-se, no entanto, que ainda existe discriminação quando o assunto é política, até pelos partidos políticos com relação a distribuição de recursos para as campanhas.

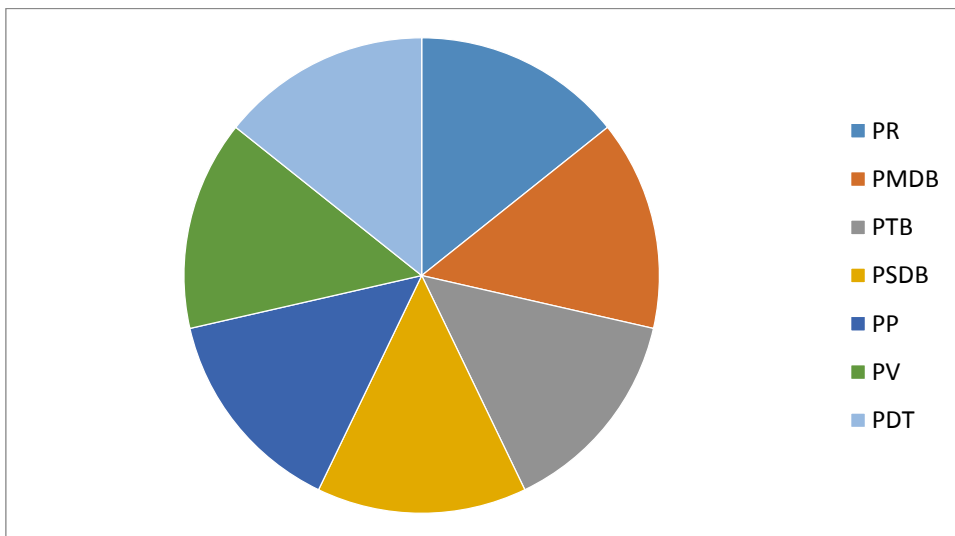
3- Causas da Baixa Representação Feminina na Política Brasileira

As participantes, ao serem questionadas sobre as causas da baixa representação feminina na política, elencaram como as primeiras do ranking o machismo e o preconceito da sociedade que vê as mulheres como frágeis, o costume de que ao homem cabe o espaço público e à mulher o doméstico, vindo dos tempos antigos, uma questão cultural, vendo a política como um ambiente masculino, apontando também a falta de ajuda do governo para a causa, faltando mais informação. Para algumas entrevistadas, embora a mulher saiba agir com razão e coração, falta a elas credibilidade, possuem pouca visibilidade. Foi apontado também o fator de que, as vezes também a própria mulher não se sente capaz, não tem o interesse devido para o tema, sendo na sociedade poucas ocupando cargos mais elevados. Outro motivo apontado é que existem mulheres que se candidatam só para preencher a cota exigida e não fazem campanha. Existindo pouco espaço dentro dos partidos políticos, com pouca influência, falta oportunidade, sendo poucas as eleitas e as que conseguem enfrentar batalhas.

4- Como Elegermos mais Mulheres?

As entrevistadas apontaram que, que mais mulheres sejam eleitas, é preciso que se analise os projetos e os currículos das candidatas apoiando umas às outras com uma maior participação na política, buscando conhecimento e incentivando desde cedo o interesse pela política como parte de nossas vidas. Além disso, é necessária a promoção da igualdade de gênero, dando mais visibilidade e espaço para as mulheres exporem suas ideias e propostas. É preciso votar nessas mulheres e acreditar na capacidade feminina, na sua honestidade e esforço, combatendo assim, o machismo. Os partidos políticos devem de fato lançar candidatas engajadas e representativas na sociedade e não só para preencherem uma cota necessária, exercendo além dos papéis de filhas, mães, esposas e avós, cargos, lutando para se igualar aos homens ou à frente deles, trazendo melhorias para a população e propiciando mais exemplos daquelas que já são políticas. Dessa forma, as mulheres devem buscar o empoderamento feminino e se envolver mais em assuntos polêmicos e sociais, formando uma sociedade mais igualitária, humanitária e inclusiva.

Gráfico 8: Partidos Pelos Quais Concorreram na Eleição



Fonte: Elaborada pela autora

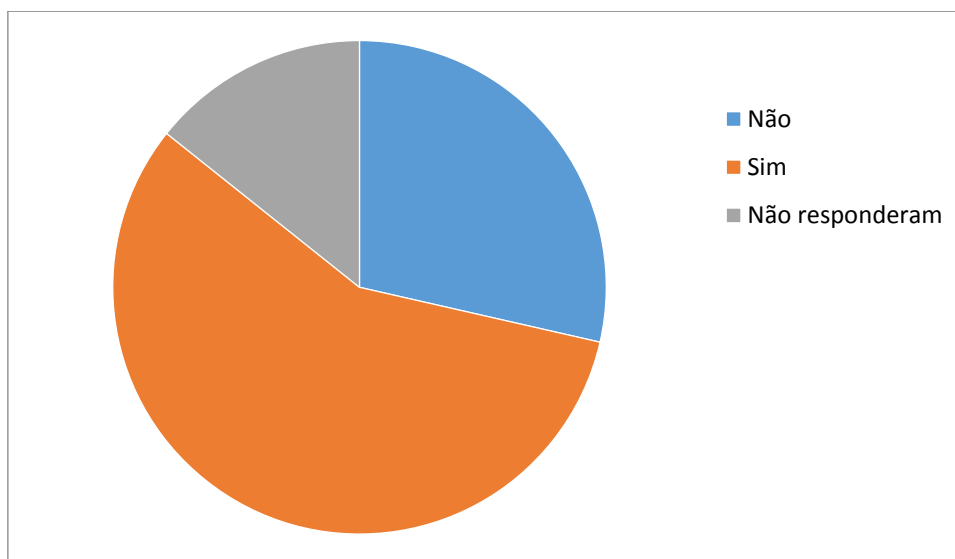
No gráfico 8 consta a distribuição partidária das participantes da pesquisa, sendo um total de sete ex-candidatas que concorreram na eleição de 2016, ao cargo de vereadoras, na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais. As entrevistas foram escolhidas pela possibilidade de acesso independente dos partidos pelos quais disputaram a eleição, sendo que, ao final, todas eram de diferentes partidos, o

que mostra a diversificação de preferências partidárias femininas: PR, PP, PMDB, PV, PTB, PDT e PSDB.

05-Motivação das EX-Candidatas

As participantes da pesquisa destacaram como motivação para a disputa eleitoral, a vontade de lutar em prol dos benefícios e direitos do povo, ajudar nas tomadas de decisões pela sociedade para contribuir com a melhoria da cidade, enfrentando as dificuldades locais. Além disso, outra motivação apontada na entrevista, diz respeito ao fato de considerarem que existe uma falta de candidatos capacitados. Por último, foi citada como motivo a falta de representatividade para a defesa dos interesses da educação e dos servidores públicos e para realizar o sonho de trabalhar em prol das famílias mais carentes.

Gráfico 9: Encontro de Dificuldades Pelo Fato de Ser Mulher



Fonte: Elaborado pela autora

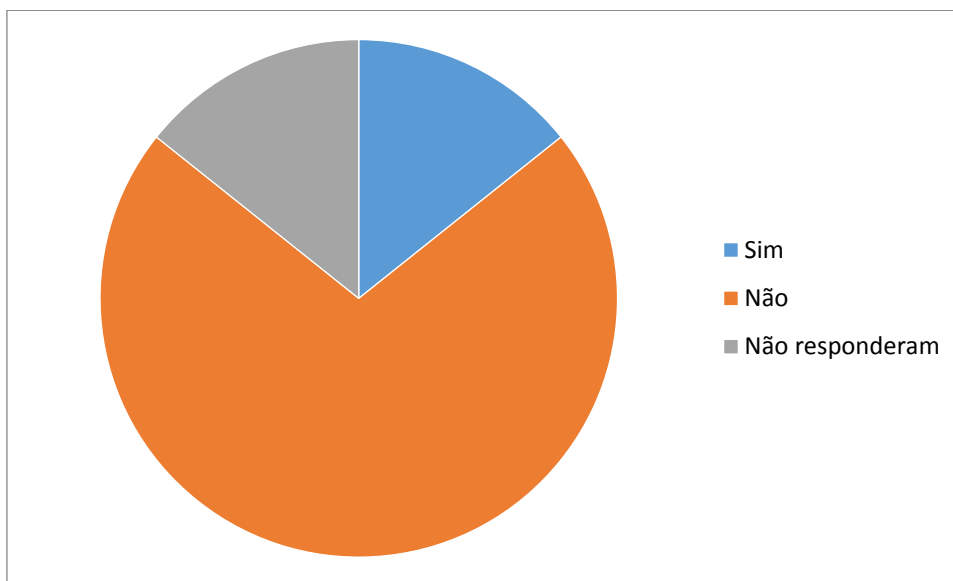
O gráfico 9 mostra a existência ou não de dificuldades encontradas pelas candidatas de participarem da política pelo fato de serem mulheres. Das entrevistadas, duas relataram não terem encontrado dificuldades em relação a essa questão. Foram bem recebidas e houve o apoio e suporte do partido e da coligação. Já outra, relatou ter encontrado muitas dificuldades devido a sociedade ser fechada e machista com uma visão da política como fonte de favores. Três delas disseram que encontraram dificuldades. Duas não explicaram quais dificuldades e uma disse que devido ao descrédito e o machismo. Uma das candidatas não respondeu a esse questionamento.

06- Financiamento de Campanha pelo Partido

Todas as participantes da pesquisa relataram ter recebido somente materiais para a campanha, como os santinhos, panfletos, adesivos, banners e plotagem. Uma das candidatas relatou que o material era do vereador com o prefeito e que os individuais ela é que solicitou a confecção.

07-Transparência do Financiamento de Campanha feito pelos Partidos

Gráfico 10:Transparência do Financiamento de Campanha feito pelos Partidos



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 10 demonstra que das ex-candidatas pesquisadas, 71,42% disseram não saber o quanto cada candidato recebeu de financiamento do partido, 14,28% declarou que todos receberam de forma igual o material para a campanha e 14,28% não respondeu.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar a revisão bibliográfica, a pesquisa e a análise dos dados, chegou-se à conclusão de que as mulheres já conseguiram diversas conquistas, com avanços significativos na vivência em sociedade, com grande participação no mercado de trabalho, chegando a chefiar cerca de 40% dos lares brasileiros ou contribuindo com os rendimentos familiares. Além disso, estão buscando mais instrução, melhorando muito a participação em cursos superiores, embora ainda

recebam cerca de 75% dos rendimentos, quando em comparação a um colega masculino na mesma função, indicando que há muito ainda a conquistar.

Não obstante os avanços, não se verifica o mesmo engajamento para uma inserção na política, pois as mulheres ocupam o 154º lugar no ranking de 193 países. Embora mais de 50% do eleitorado do país seja do sexo feminino, não há uma representatividade proporcional. A literatura sobre a mulher na sociedade e sua inserção na política e o trabalho de campo, indicaram fatores como o machismo e preconceito da sociedade brasileira, com seu patriarcalismo, o costume de que aos homens o espaço público e às mulheres o doméstico, com uma sobrecarga a mais de trabalho semanal quando comparadas aos homens de 5 horas. Soma-se ainda, fatores como a legislação eleitoral, o sistema eleitoral de lista aberta, o financiamento de campanha, as relações de poder dentro dos partidos políticos, controlados por homens desestimulando e dificultando às mulheres a conquista do universo político

Para Simone de Beauvoir “É um paradoxo criminoso recusar à mulher toda a atividade pública, vedar-lhe as carreiras masculinas, proclamar sua incapacidade em todos os terrenos e confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano” (GASPARI, 2003 p.42)

As representantes femininas nos parlamentos brasileiros estão lutando para conseguirem a aprovação da cota de cadeiras nos parlamentos e, assim, modificarem este quadro atual. Esta pesquisa considera que existem formas de mudança da situação. Ressalta-se para tal, a necessidade de se trabalhar desde cedo o conhecimento sobre política como parte da vida de todos, promovendo a igualdade de gênero e, assim, combatendo o machismo e o preconceito. Dessa forma, pode ser possível alcançar maior valorização e visibilidade feminina. Deve ainda ocorrer a análise de projetos e currículos das candidatas, apoio de umas às outras e crença na capacidade e honestidade das mulheres. Enfocar a educação como forma de empoderamento feminino pode também levar a conquista de uma sociedade mais justa e inclusiva, com uma democracia de fato com o povo no poder.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BAIA, Bruna Daniela *et al.* **Idosos na Dinâmica Familiar: Um Estudo de Sua Participação no Processo de Complementação da Renda Familiar**, 2012.
- BRASIL, 2010. **Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em : www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ acesso em: 02/08/2017.
- BRASIL. **Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária**. Disponível em: www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do. Acesso em 28/10/2017.
- BRASIL. **Estatísticas de Gênero, uma Análise dos Resultados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/. Acesso em 02/08/2017.
- BRASIL. **Mulheres Comandam 40% dos Lares Brasileiros**. 2015. Disponível em: www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/mulheres-comandam-40... acesso em 15/08/2017 .
- BUENO, Juliana Moura: **Ainda Precisamos Falar Sobre as Mulheres na Política**. Revista Carta Capital, 2017. Disponível em: www.cartacapital.com.br/sociedade/ainda-precisamos-falar-sobre-as-mulheres-na-politica. Acesso em 22/10/2017.
- COSTA Irla Henrique, ANDOSIO Valéria de Oliveira. **As Transformações do Papel da Mulher na Contemporaneidade**. Disponível em: www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/astransformacoesdopa. Acesso em: 29/08/2017.
- DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Mulheres no Brasil**, São Paulo, UNESP / Contexto, 1997.
- FARS, Ana C. Salvatti. **Movimento Feminista**. 2016. Disponível em: politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/ Acesso em 02/10/2017 às 08:50.
- GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguazú” nos anos 40 e 50**. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.
- MONTEIRO, Ester: **Lugar de mulher também é na política**. 2016. Disponível em: www12.senado.leg.br>2016/03/08. Acesso em 26/10/2017.
- FREITAS, Orlando Ferreira de; FONSECA, Maria Beatriz de Freitas. **As Origens de Nova Serrana**. Divinópolis: SIDIL, 2002.

PELLEGRINI, Marcelo. **Sub-representação feminina no congresso afeta direitos sociais da mulher.** Disponível em: www.cartacapital.com.politica/sub-representacao. Acesso em 23/10/2017.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **O Papel da Mulher Na Sociedade.** S.D. Disponível em: <[Http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm](http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm)>. Acesso em 09/07/2017.

RODRIGUES, Valéria Leoni, COSTA; Flamarion Gaba da Costa. **A Importância da Mulher.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>. Acesso em: 12/08/2017.

SACCHET, Teresa. **Capital social, gênero e representação política no Brasil.** *Opin. Publica* [online]. 2009, vol.15, n.2 pp.306-332. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24/10/2017.

SANTOS, Bruno Carazza: **5 Dados sobre a Participação das Mulheres na Política Brasileira.** 2017. Disponível em: www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira. Acesso em: 15/10/2017.

WELBERT, Ricardo. **Nova Serrana tem 262 candidatos para eleições deste ano; veja o perfil.** Disponível em: g1.globo.com>noticia>2016/09. Acesso em 05/02/2018.

WESTRUP, Ana Carolina: **As consequências da sub-representação das mulheres nos espaços de poder.** 2016. Disponível em: www.reformapolitica.org.br/.../1602-as-consequencias-da-sub-representacao-das-mul. Acesso em 24/10/2017.

9 APÊNDICE A: PESQUISA COM ELEITORAS E EX-CANDIDATAS EM NOVA SERRANA-MG

01-Faixa Etária

- () 16 a 24 anos () 25 a 34 anos () 35 a 44 anos () 45 a 59 anos
() 60 a 69 anos () 70 a 79 anos () Superior a 79 anos

02- Qual é o seu grau de escolaridade?

- () Fundamental () Médio () Superior () Pós-Graduação

03- Qual é a sua Renda?

- () Até 1 Salário mínimo () de 2 a 3 Salários mínimos
() de 4 a 5 Salários mínimos () mais de 5 Salários mínimos

04-Você se interessa por política?

() Muito () Pouco () Não

05-Você é filiada a algum partido político?

() Sim () Qual? () Não

06-Você já se candidatou a algum cargo político?

() Sim () Não Qual?

07- Você tem costume de votar em candidatas mulheres?

() Sim () Não

Por quê?

08 - Como você vê a figura da mulher na política?

09- Como você vê a figura da mulher candidata?

10- Quais as causas da baixa representação feminina na política?

11- Como elegermos mais mulheres?

2º - QUESTIONÁRIO PARA EX-CANDIDATAS

01- Você concorreu na eleição por qual partido político?

02- Por que você se candidatou?

03- Você encontrou dificuldades pelo fato de ser mulher?

04- Você recebeu financiamento para campanha do partido?

05- Você sabe quantos candidatos do partido recebeu de financiamento?